Classificação						Designação orgânica e económica	Em contos	
Orgânica			Funcional	Económica			Reforços ou inscrições	Anulações
Capítulo	Divisão	Sub-divisão		Código	Alínea			
10	01		8.01.0	28.00		Direcção-Geral de Higiene e Segurança do Trabalho		
			8.01.0	30.00		Serviços próprios		
						Aquisição de serviços — Encargos das instalações.....	1 060	—
						Aquisição de serviços — Transportes e comunicações.....	6 704	—
11	01		5.01.0	14.00		2 — Secretaria de Estado da Segurança Social		
						Gabinete do Secretário de Estado		
						Gabinete		
						Deslocações - Compensação de encargos.....	1 388	—
							154 980	—
04	01	01	7.01.0	01.00		14 — Ministério da Educação e Cultura		
			7.01.0	01.02		Cultura		
			7.01.0	04.00		Gabinete do Secretário de Estado		
						Gabinete		
						Remunerações certas e permanentes:		
						Pessoal dos quadros aprovados por lei	22 500	—
						Alimentação e alojamento	10 000	—
							32 500	—
50	31	09	54.00			16 — Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações		
			54.03			Investimentos do Plano		
			8.05.0	54.03	5	Transportes, comunicações e meteorologia		
						Secretaria-Geral — Modernização da rede fundamental		
						Transferências — Sector público:		
						Serviços autónomos:		
						JAE — Receitas gerais, não afectas a acordos.....	160 000	—
							160 000	—
							1 459 257	1 459 257

Direcção dos Serviços Gerais do Orçamento da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 28 de Novembro de 1986. — O Director, *Carlos Francisco de Assis Fernandes Rosa*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA SAÚDE

Portaria n.º 97/87 de 11 de Fevereiro

Em execução do disposto no artigo 7.º do Decreto n.º 109/80, de 20 de Outubro, e em conformidade com o n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 59/76, de 23 de Janeiro:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros das Finanças e da Saúde, que o quadro de pessoal do Centro de Saúde Distrital da Guarda, aprovado pela Portaria n.º 143/81, de 29 de Janeiro, e

alterado pelas Portarias n.ºs 680/83, de 17 de Junho, 807-E3/83, de 30 de Julho, e 972/84, de 26 de Dezembro, seja de novo alterado, de acordo com o quadro anexo, na parte referente ao pessoal operário e auxiliar.

Ministérios das Finanças e da Saúde.

Assinada em 12 de Janeiro de 1987.

Pelo Ministro das Finanças, *Rui Carlos Alvarez Carp*, Secretário de Estado do Orçamento. — A Ministra da Saúde, *Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares*.

Quadro de pessoal do Centro de Saúde Distrital da Guarda

Número de lugares	Categoria	venctimento
	IV — Pessoal operário e auxiliar	
...		...
	2) Pessoal auxiliar:	
...		...
1	Contínuo de 1.ª classe ou de 2.ª classe	S ou T
39	Servente	
	3) Pessoal de serviços gerais:	
	3.1 — Acção médica:	
4	Auxiliar de acção médica de 1.ª classe, de 2.ª classe ou de 3.ª classe	O, Q ou R
	3.2 — Alimentação:	
1	Cozinheiro de 1.ª classe, de 2.ª classe ou de 3.ª classe	N, P ou Q
	3.3 — Tratamento de roupa:	
1	Operador de lavandaria de 1.ª classe, de 2.ª classe ou de 3.ª classe	O, Q ou R
	3.4 — Aprovisionamento e vigilância:	
3	Auxiliar de apoio e vigilância de 1.ª classe, de 2.ª classe ou de 3.ª classe	O, Q ou R

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Decreto-Lei n.º 70/87

de 11 de Fevereiro

Do Decreto-Lei n.º 425/85, de 23 de Outubro, não constou a menção de o mesmo dever ser publicado no *Boletim Oficial*, de Macau.

O referido diploma veio permitir que as notificações exigidas pelo cumprimento do disposto nos artigos 6.º-A do Decreto-Lei n.º 605/75, de 3 de Novembro, aditado pelo Decreto-Lei n.º 377/77, de 6 de Setembro, e 387.º do Código de Processo Penal pudessem ser efectuadas por via postal registada, para a última morada, conhecida nos autos, do destinatário.

O movimento processual da comarca de Macau aconselha que tal regime se aplique ao território, evitando-se ainda uma injustificada diversidade de regimes.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único. O Decreto-Lei n.º 425/85, de 23 de Outubro, é aplicável ao território de Macau,

devendo ser publicado no respectivo *Boletim Oficial*.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 8 de Janeiro de 1987. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Mário Ferreira Bastos Raposo*.

Promulgado em 21 de Janeiro de 1987.

Publique-se.

O Presidente da República, **MÁRIO SOARES**.

Referendado em 27 de Janeiro de 1987.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Decreto-Lei n.º 71/87

de 11 de Fevereiro

O Instituto Português do Livro (IPL), criado como serviço da Secretaria de Estado da Cultura pelo artigo 3.º, n.º 1, alínea *h*), do Decreto-Lei n.º 59/80, de 3 de Abril, regulamentado pelo Decreto Regulamentar n.º 17/80, de 23 de Maio, tinha como objectivo principal «zelar pela defesa, protecção e expansão do livro, enquanto instrumento de cultura».

A experiência recolhida com o funcionamento deste organismo demonstrou que, sendo o livro um instrumento de cultura, ele implica a consideração de um conjunto de actividades convergentes e complementares, que vão da criação intelectual à leitura, passando pela produção, distribuição e venda.

Muito embora a actuação do IPL se deva avaliar positivamente no quadro dos objectivos que se propôs, a realização de uma política integrada do livro e da leitura, que se considera mecanismo indispensável para alterar uma situação decorrente de problemas de ordem estrutural, justifica a criação de um novo organismo, designado Instituto Português do Livro e da Leitura (IPLL), concebido e organizado de molde a permitir o conhecimento dos diversos factores referidos e a responder com eficácia às necessidades detectadas.

As atribuições agora confiadas ao IPLL têm como pressupostos a natureza supletiva da intervenção do Estado, o funcionamento do mercado baseado na capacidade e iniciativa das empresas editoras e na soberania do consumidor e o respeito pelo livre exercício da criação e da programação editorial.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I

Natureza e atribuições

Artigo 1.º O Instituto Português do Livro e da Leitura, abreviadamente designado por IPLL, é um organismo dotado de autonomia administrativa e personalidade jurídica, integrado no departamento governamental de superintendência na área da cultura, com o objectivo de definir e assegurar, a nível nacional, a coordenação e execução de uma política integrada do livro não escolar e da leitura pública.